

Aprovo o Caderno de Encargos.

O Chefe de Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas  
em substituição do Diretor de Serviços de Apoio à Gestão da  
ACT nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 42.º do CPA.

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **AJUSTE DIRETO**

(cfr. alínea d) do n.º 1 do artigo 40.º e 42.º do Código dos Contratos Públicos - CCP)

### **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE RATOS ERGONÓMICOS**

## ÍNDICE

PARTE I - CONDIÇÕES GERAIS .....	1
CAPITULO I .....	1
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	1
Cláusula 1. <sup>a</sup> .....	1
Apresentação .....	1
Cláusula 2. <sup>a</sup> .....	1
Objeto.....	1
Cláusula 3. <sup>a</sup> .....	1
Contrato .....	1
Cláusula 4. <sup>a</sup> .....	2
Prazo de execução.....	2
Cláusula 5. <sup>a</sup> .....	2
Local de execução.....	2
Cláusula 6. <sup>a</sup> .....	2
Preço base .....	2
CAPITULO II .....	3
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	3
Secção I .....	3
Obrigações da futura entidade adjudicatária.....	3
Subsecção I.....	3
Disposições Gerais.....	3
Cláusula 7. <sup>a</sup> .....	3
Obrigações principais da futura entidade adjudicatária.....	3
Cláusula 8. <sup>a</sup> .....	4
Conformidade e operacionalidade dos bens.....	4
Cláusula 9. <sup>a</sup> .....	4
Entrega dos bens .....	4
Cláusula 10. <sup>a</sup> .....	5
Garantia técnica .....	5
Cláusula 11. <sup>a</sup> .....	5
Requisitos técnicos e funcionais.....	5
Subsecção II.....	5
Dever de Sigilo .....	5
Cláusula 12. <sup>a</sup> .....	5
Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 13. <sup>a</sup> .....	6
Prazo do dever de sigilo .....	6
Subsecção III.....	6
Outros deveres.....	6

Cláusula 14. <sup>a</sup> .....	6
Inspeção .....	6
Cláusula 15. <sup>a</sup> .....	7
Reuniões .....	7
Cláusula 16. <sup>a</sup> .....	7
Propriedade intelectual .....	7
Cláusula 17. <sup>a</sup> .....	7
Proteção e tratamento de dados pessoais .....	7
Secção II .....	9
Obrigações da entidade adjudicante .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> .....	9
Espaços de instalação dos bens .....	9
Cláusula 19. <sup>a</sup> .....	9
Preço contratual .....	9
Cláusula 20. <sup>a</sup> .....	9
Faturação e condições de pagamento .....	9
Cláusula 21. <sup>a</sup> .....	10
Gestores do contrato .....	10
CAPÍTULO III .....	11
PENALIDADES E RESOLUÇÃO CONTRATUAL .....	11
Cláusula 22. <sup>a</sup> .....	11
Penalidades contratuais .....	11
Cláusula 23. <sup>a</sup> .....	11
Força maior .....	11
Cláusula 24. <sup>a</sup> .....	12
Resolução pela futura entidade adjudicatária .....	12
Cláusula 25. <sup>a</sup> .....	13
Resolução pela entidade adjudicante .....	13
CAPÍTULO IV .....	13
MODIFICAÇÕES AO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO .....	13
Cláusula 26. <sup>a</sup> .....	13
Modificações objetivas do contrato .....	13
Cláusula 27. <sup>a</sup> .....	13
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	13
CAPÍTULO V .....	14
DISPOSIÇÕES FINAIS .....	14
Cláusula 28. <sup>a</sup> .....	14
Eficácia do contrato .....	14
Cláusula 29. <sup>a</sup> .....	14
Comunicações e notificações .....	14

Cláusula 30. <sup>a</sup> .....	14
Contagem de prazos .....	14
Cláusula 31. <sup>a</sup> .....	14
Casos omissos .....	14
Cláusula 32. <sup>a</sup> .....	15
Foro competente .....	15
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	16
Cláusula 33. <sup>a</sup> .....	16
Bens a adquirir .....	16
Cláusula 34. <sup>a</sup> .....	16
Especificações técnicas dos bens .....	16

## **PARTE I - CONDIÇÕES GERAIS**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª Apresentação**

1. A Autoridade para as Condições do Trabalho, abreviadamente designada ACT, é um serviço integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com sede na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento de Ajuste Direto, sendo a entidade com a qual serão contratualizados os bens descritos no presente documento designada por futura entidade adjudicatária.

#### **Cláusula 2.ª Objeto**

O procedimento tem por objeto a celebração de um contrato de aquisição de mil ratos ergonómicos, de acordo com as Partes I [Condições Gerais] e II [Especificações Técnicas] do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 3.ª Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato integra, quando existam, os seguintes elementos:
  - a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela futura

entidade adjudicatária.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pela futura entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

#### **Cláusula 4.ª** **Prazo de execução**

O prazo de execução é de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte após a data da publicitação no portal Base.

#### **Cláusula 5.ª** **Local de execução**

Os bens têm de ser entregues nas instalações dos Serviços Centrais da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa.

#### **Cláusula 6.ª** **Preço base**

1. O preço base do procedimento, o qual é análogo ao valor do contrato, foi fixado no montante de **€ 7.926,83 (sete mil novecentos e vinte e seis euros e oitenta e três cêntimos)**, que corresponde ao montante máximo que a ACT se dispõe a pagar pela prestação do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos.
2. Por forma a dar cumprimento ao dever de fundamentação imposto no n.º 3 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, informa-se que o preço base foi assente em critérios objetivos, obtidos no âmbito da consulta preliminar efetuada ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP.

## **CAPITULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I Obrigações da futura entidade adjudicatária**

#### **Subsecção I Disposições Gerais**

#### **Cláusula 7.ª Obrigações principais da futura entidade adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem, para a futura entidade adjudicatária, as seguintes obrigações:
  - a) Entregar os bens de acordo com todas as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II deste Caderno de Encargos;
  - b) Responder pelos danos que causar à ACT, em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ela impendam, nos termos das normas gerais de direito e do disposto neste Caderno de Encargos;
  - c) Responder pelos danos causados por atos e omissões de terceiros, por si empregados na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem por si praticados;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como facultar os esclarecimentos que sejam solicitados;
  - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para a prestação.
2. Todas as despesas e custos inerentes à obrigação, são da inteira responsabilidade da futura entidade adjudicatária.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. Os bens devem ser entregues de forma a permitir a correta utilização para os fins a que se destinam.
2. A futura entidade adjudicatária é responsável perante a ACT por qualquer dano, defeito ou discrepância dos bens que se verifique aquando da sua entrega e/ou execução.
3. Todas as peças e/ou componentes têm de ser novas. Não serão aceites equipamentos usados, reciclados ou remanufaturados.
4. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas (Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro), no que respeita à conformidade dos bens.

### **Cláusula 9.ª**

#### **Entrega dos bens**

1. Os bens devem ser entregues nos locais designados na cláusula 5.ª.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a futura entidade adjudicatária obriga-se, também, ao cumprimento dos seguintes requisitos:
  - i. Indicar à ACT, com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, a data ou as datas da entrega;
  - ii. Entregar os bens nos dias úteis, no período de horário laboral;
  - iii. Aceitar qualquer eventual alteração da morada das instalações identificadas pela ACT para a entrega dos bens, mantendo as condições constantes do presente Caderno de Encargos; e
  - iv. Assumir a responsabilidade por todos os danos causados em pessoas e bens decorrentes, direta ou indiretamente, da entrega e instalação dos bens.
3. Todos os encargos e custos inerentes à entrega são da exclusiva responsabilidade da futura entidade adjudicatária.



### **Cláusula 10.<sup>a</sup>** **Garantia técnica**

1. A futura entidade adjudicatária deverá garantir os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data da entrega dos mesmos.
2. A garantia abrange o fornecimento dos bens, a reparação ou a substituição, o transporte, a deslocação e a mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a ACT tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar a futura entidade adjudicatária, para efeitos da respetiva reparação/substituição.
4. A reparação ou substituição previstas no presente artigo devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela ACT e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>** **Requisitos técnicos e funcionais**

A futura entidade adjudicatária obriga-se a cumprir os requisitos e as especificações constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

### **Subsecção II** **Dever de Sigilo**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>** **Objeto do dever de sigilo**

1. A futura entidade adjudicatária e todos os elementos da sua equipa de trabalho ou terceiros por si contratados devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, que venham a ter conhecimento em contacto com as atividades da ACT, ou que resultem da realização dos trabalhos, sob pena de conferir à ACT o direito de resolver o contrato e ser indemnizada pelos danos causados.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, sem autorização prévia e expressa da ACT, nem objeto de

qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela futura entidade adjudicatária, ou que esta seja legalmente obrigada a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>** **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, mesmo após a cessação do contrato, salvo declaração expressa em contrário pela ACT, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Subsecção III** **Outros deveres**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>** **Inspeção**

1. A ACT reserva-se o direito de fazer inspecionar, por delegados ou agentes seus, em todo e qualquer tempo ou lugar, ocasional ou permanentemente, a forma como a futura entidade adjudicatária executa o objeto do contrato, podendo rejeitar, em todo ou em parte, aquilo que for executado incorretamente, não esteja de acordo com as disposições contratuais ou com a boa prática profissional ou técnica corrente.
2. O exercício do direito de inspeção por parte da ACT não diminui, de qualquer modo, a responsabilidade da futura entidade adjudicatária no caso de posterior verificação de deficiente execução dos trabalhos contratados.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> Reuniões**

Durante a execução do contrato poderão ser promovidas reuniões entre a futura entidade adjudicatária, a ACT ou entidades por esta designadas.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> Propriedade intelectual**

São da responsabilidade da futura entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes de registo de marcas e patentes ou licenças, necessárias para a execução do contrato.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> Proteção e tratamento de dados pessoais**

1. A futura entidade adjudicatária compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;

- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à futura entidade adjudicatária, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a futura entidade adjudicatária e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no

RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

- I) Garantir a eficácia do mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.

2. A futura entidade adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores e/ou prestadores de serviços, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

## **Secção II**

### **Obrigações da entidade adjudicante**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Espaços de instalação dos bens**

Cumpra à ACT assegurar que os diversos espaços onde devam ser entregues os bens têm os requisitos necessários para o efeito.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Preço contratual**

Pela prestação do objeto contratual, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a ACT pagará à futura entidade adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de cargas fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, se estas forem legalmente devidas.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Faturação e condições de pagamento**

1. O preço indicado na proposta adjudicada será pago, na totalidade, após o cumprimento da obrigação de entrega e da verificação, por parte da ACT, de que os bens estão em conformidade com o estabelecido no presente Caderno de Encargos.

2. A fatura será paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua receção pela ACT, através de transferência bancária para a conta da futura entidade adjudicatária.
3. O não pagamento total da fatura dentro do prazo referido no número anterior, determina a constituição da ACT em mora relativamente ao montante em dívida e a consequente obrigação do pagamento de juros moratórios, correspondentes ao montante em causa, calculados à taxa legal, a partir do dia seguinte ao do vencimento da fatura até ao dia, inclusive, em que seja efetuado o pagamento integral desse montante à futura entidade adjudicatária.
4. Em caso de discordância por parte da ACT, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à futura entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a futura entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A revisão de preços depende sempre de acordo entre as partes.
6. A fatura deve ser enviada à ACT por um dos seguintes meios:
  - a) Para o endereço de correio eletrónico [expediente.faturas@act.gov.pt](mailto:expediente.faturas@act.gov.pt), identificando, de forma inequívoca, a Referência do Procedimento Aquisitivo N.º 33/ACT/DSTI/2025 e o objeto contratual; ou
  - b) Através do sistema de faturação eletrónica em vigor para a Administração Pública, <https://www.feap.gov.pt/Paginas/Default.aspx>.
7. Nas faturas terá de constar o n.º de compromisso conforme obrigação legal constante do n.º 3 do artigo 23.º Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro, sob pena de devolução.

### **Cláusula 21.ª** **Gestores do contrato**

A ACT nomeará 2 (dois) gestores do contrato, um a título efetivo e outro a título suplente, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos previstos pelo artigo 290.º-A do CCP.

## **CAPITULO III**

### **PENALIDADES E RESOLUÇÃO CONTRATUAL**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades contratuais**

1. O incumprimento do prazo fixado para o fornecimento dos bens constantes no presente Cadernos de Encargos, confere à ACT o direito a ser indemnizada através da aplicação de uma sanção pecuniária, determinada pela seguinte fórmula:

$$P=v*a/x$$

Em que

P = montante total das penalidades;

v = preço contratual;

a = número de dias de atraso;

x = prazo de execução contratualizado, em dias.

2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A cobrança das eventuais sanções em que a futura entidade adjudicatária incorra, será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade ou, caso não seja possível, por emissão de nota de crédito.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades à futura entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais que resultem de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe possa ser razoavelmente exigível evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior,

designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da futura entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela futura entidade adjudicatária deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela futura entidade adjudicatária de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da futura entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da futura entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daí resultante.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>** **Resolução pela futura entidade adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a futura entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido pela ACT esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.



2. Nos casos de dívida previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à ACT, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. Nos casos não abrangidos pelo número anterior, antes de proceder à resolução, e se considerar que ainda é possível sanar o motivo de incumprimento, deverá a futura entidade adjudicatária notificar a ACT da sua intenção, dos motivos porque pretende resolver o contrato e fixar um prazo para que a ACT proceda à reparação das condições de incumprimento, findo o qual e se se mantiver esta situação, tornar-se-á efetiva a resolução.

**Cláusula 25.<sup>a</sup>**  
**Resolução pela entidade adjudicante**

Se a futura entidade adjudicatária não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, bem como as especificações técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos, deve a ACT notificá-la para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o contraente público tenha perdido o interesse na prestação, após o que, persistindo o incumprimento, haverá resolução do contrato pela entidade pública.

**CAPÍTULO IV**  
**MODIFICAÇÕES AO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**  
**Modificações objetivas do contrato**

1. Durante o período de execução do contrato, a ACT poderá proceder a modificações objetivas, nos termos previstos pelo artigo 311.º e seguintes do CCP.
2. As modificações não podem revestir forma menos solene do que a do contrato e devem ser publicitadas.

**Cláusula 27.<sup>a</sup>**  
**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pela futura entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do estabelecido no artigo 316.º e seguintes do CCP.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 28.ª Eficácia do contrato**

O contrato produz efeitos a partir da publicitação no Portal Base, nos termos do n.º 3 do artigo 127.º do CCP.

### **Cláusula 29.ª Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de se acordarem outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, preferencialmente, para os endereços de correio eletrónico que forem indicados no clausulado do contrato.
2. Qualquer alteração aos contactos mencionados no número anterior, deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 30.ª Contagem de prazos**

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, nos termos do artigo 471º do CCP.

### **Cláusula 31.ª Casos omissos**

Em tudo o que for omissos no contrato observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

**Cláusula 32.<sup>a</sup>**  
**Foro competente**

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, validade ou execução contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **Cláusula 33.<sup>a</sup> Bens a adquirir**

Pretende-se uma aquisição de 1000 (mil) unidades de ratos ergonómicos.

### **Cláusula 34.<sup>a</sup> Especificações técnicas dos bens**

As características técnicas são as seguintes:

- a) Rato vertical;
- b) Até 1600 DPI;
- c) Sem fios;
- d) De cor preta.